ANEXO II

Mapa a que se refere o n.º 2.º

Lugares a abater nos quadros das ex-Direcções-Gerais de Coordenação Comercial, Comércio Alimentar e Comércio não Alimentar.

Ex-DGCC

Carreiras	Categorias	Número de lugares
Técnicos superiores ...	Técnico superior principal	1
	Técnico superior de 1.ª classe	1
Técnicos auxiliares ...	Técnico auxiliar principal	1
	Técnico auxiliar de 2.ª classe	7
Oficiais administrativos	Segundo-oficial	1
	Terceiro-oficial	2
Escriturários-dactilógrafos	Escriturário-dactilógrafo principal	1
	Escriturário-dactilógrafo de 1.ª classe	4
Motoristas	Motorista de 1.ª classe	1

Ex-DGCA

Carreiras	Categorias	Número de lugares
Técnicos auxiliares ...	Técnico auxiliar de 2.ª classe	1
Oficiais administrativos	Segundo-oficial	1

Ex-DGCNA

Carreiras	Categorias	Número de lugares
Técnicos auxiliares ...	Técnico auxiliar de 2.ª classe	1
Oficiais administrativos	Segundo-oficial	1

ANEXO III

Conteúdo funcional da carreira de técnicos superiores de informática a que se refere o n.º 3.º

1 — Compete aos técnicos superiores de informática desenvolver a sua actividade nas áreas da análise funcional, da orgânica e programação, estudando as necessidades do serviço em matéria de tratamento automático da informação, concebendo e projectando os sistemas que melhor respondam aos fins em vista, tendo em conta os meios disponíveis.

2 — Compete-lhes em especial:

- Realizar os estudos de adequação da política de informática da função pública às exigências específicas dos serviços e organismos do MCT, em matéria de tratamento automático da informação;
- Realizar os estudos conducentes à elaboração do plano director de informática, acompanhar a sua execução técnica e formular as propostas de alteração necessárias à prossecução dos objectivos fixados;
- Colaborar com os serviços nas fases de levantamento, de estudo prévio e de implementação da automatização, no desenvolvimento e actualização de aplicações, designadamente através da selecção dos elementos de base mais adequados e definição do seu conveniente tratamento;
- Colaborar no estudo e definição de um sistema integrado de informação, nomeadamente através da concepção e implementação de redes de processamento e de transmissão de dados, instalação de sistemas de teleprocessamento e de microssistemas interactivos;
- Elaborar e actualizar os códigos necessários ao processamento de dados, as normas relativas à segurança física de centros de informática e à segurança e privacidade dos dados;
- Diagnosticar as necessidades de formação no campo específico da informática e propor as adequadas acções de formação, tendo em vista os objectivos definidos no plano director;
- Promover acções de sensibilização junto dos utilizadores da informática, especialmente no respeitante à possibilidade de satisfação das suas necessidades, em tempo oportuno e a custo reduzido, quanto a metodologias, conteúdo, volumes e periodicidade das informações a tratar.

ANEXO IV

Mapa a que se refere o n.º 4.º

Equivalências entre as categorias da carreira de técnicos superiores e da carreira de técnicos superiores de informática

Categorias actuais	Letras actuais	Categorias futuras	Letras futuras
Técnico superior principal	D	Técnico superior de informática principal	D
Técnico superior de 1.ª classe	E	Técnico superior de informática de 1.ª classe	E
Técnico superior de 2.ª classe	G	Técnico superior de informática de 2.ª classe	G

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Despacho Normativo n.º 7/84

Como consequência dos temporais ocorridos em Novembro de 1983, as autarquias sentem grandes dificuldades financeiras no esforço de reconstrução em que estão agora empenhadas.

Assim, as câmaras municipais têm vindo a controntar-se com avultadas despesas extraordinárias para as quais a exiguidade dos seus orçamentos é insuficiente.

Entende, por isso, o Governo ser de justiça atribuir aos municípios atingidos pelas inundações subsídios de emergência nos termos da legislação aplicável.

Nestes termos, determino o seguinte:

1 — Atribuir, nos termos da Lei n.º 1/79, de 1 de Janeiro, artigo 1.º, n.º 2, e do Decreto-Lei n.º 47/79, de 12 de Março, aos municípios seguintes os subsídios de emergência que se indicam, a título de comparticipação nas despesas a realizar com as obras de reconstrução:

Câmara Municipal de Alenquer	22 000 000\$00
Câmara Municipal da Amadora	14 000 000\$00
Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos	14 000 000\$00
Câmara Municipal da Azambuja	5 000 000\$00
Câmara Municipal de Cascais ...	24 000 000\$00
Câmara Municipal de Lisboa ...	20 000 000\$00
Câmara Municipal de Loures ...	38 000 000\$00
Câmara Municipal de Mafra ...	22 000 000\$00
Câmara Municipal de Oeiras ...	8 000 000\$00
Câmara Municipal de Setúbal ...	5 000 000\$00
Câmara Municipal de Sintra ...	70 000 000\$00
Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço	8 000 000\$00
Câmara Municipal de Torres Vedras	22 000 000\$00
Câmara Municipal de Vila Franca de Xira	19 000 000\$00

2 — Estes subsídios foram atribuídos em função da verba disponível e do montante dos prejuízos havidos em cada um dos municípios contemplados, destinando-se às despesas a efectuar com reconstrução de infra-estruturas e de equipamentos afectados.

Ministério da Administração Interna, 5 de Janeiro de 1984. — O Ministro da Administração Interna, *Eduardo Ribeiro Pereira*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Portaria n.º 21/84

de 13 de Janeiro

Ao abrigo do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 198/79, de 29 de Junho:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Educação, aprovar o seguinte:

1.º Ao n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 429/80, de 24 de Julho, é aditada uma alínea c), com a seguinte redacção:

c) Em caso de extinção ou suspensão de inscrições no curso para o qual o candidato realizou o exame:

I) Para efeitos de candidatura a curso da mesma natureza ministrado no mesmo estabelecimento, desde que tenha sido idêntica para os 2 cursos a prova específica a que se refere a alínea c) do artigo 7.º e tenha o parecer favorável do conselho científico;

II) Para efeitos de candidatura a curso equivalente em outro estabelecimento, desde que o conselho científico do estabelecimento de destino, ouvido o conselho científico do estabelecimento onde foi realizado o exame e após análise do processo individual do candidato, dê parecer favorável.

2.º O disposto na presente portaria aplica-se à candidatura à matrícula e inscrição no ano lectivo de 1983-1984.

Ministério da Educação.

Assinada em 22 de Dezembro de 1983.

O Ministro da Educação, *José Augusto Seabra*.

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

ASSEMBLEIA REGIONAL

Decreto Legislativo Regional n.º 2/84/A

Atribuição de incentivos para a deslocação e fixação de funcionários ou agentes na Região Autónoma dos Açores

Considerando a grande carência que se verifica de determinadas categorias de pessoal na administração regional autónoma e nas autarquias locais da Região;

Considerando que, apesar das medidas legislativas já tomadas, nomeadamente através dos Decretos Regionais n.ºs 22/80/A e 29/80/A, respectivamente de 11 e de 20 de Setembro, se têm verificado grandes dificuldades no recrutamento e, principalmente, na fixação de certas categorias de pessoal qualificado na administração regional ou em certas áreas geográficas da Região;

Considerando que é fundamental definir uma política de maior diversificação de incentivos para a fixação e deslocação de pessoal, não só para a Região, mas também dentro dela;

Considerando, por fim, o enunciado no Programa do II Governo Regional e no Plano a Médio Prazo 1980-1984 e tendo em conta o disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 164/82, de 10 de Maio:

A Assembleia Regional dos Açores decreta, nos termos da alínea b) do artigo 229.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

(Âmbito e objectivos)

1 — Relativamente às profissões e ou áreas geográficas onde a fixação e o recrutamento de pessoal para os serviços e organismos da administração regional autónoma apresentem dificuldades, serão criados estímulos mediante a atribuição, cumulativa ou isolada, de incentivos para a fixação ou deslocação de pessoal para a Região ou dentro desta.